

Eleições, reforma agrária, dívida: os temas na reabertura do Congresso

BRASÍLIA — O Congresso reabre hoje seus trabalhos, depois do recesso de julho, com a perspectiva de um esvaziamento da atividade legislativa em função das eleições municipais, mas especialmente interessado no exame de dois temas econômicos e sociais: a dívida externa e a reforma agrária.

Receoso desse esvaziamento, o Líder do Governo na Câmara, Pimenta da Veiga, vem sugerindo o adiamento das decisões políticas para o próximo ano, exceto a discussão sobre a emenda de convocação da Assembleia Constituinte, já enviada ao Congresso pelo Presidente da República. O argumento de Pimenta de que "não se pode decidir temas políticos no clima apaixonado das eleições visa principalmente à reformulação da Lei dos Partidos, que está sendo elaborada por uma comissão interpartidária.

A própria facilidade para a criação de partidos deverá refletir-se diretamente no Congresso. Essa "desarrumação partidária" na definição do Deputado Amaral Neto (PDS-RJ) deverá gastar grande parte das discussões em plenário.

Mas os temas mais polêmicos, que certamente tomarão boa parte das discussões, versam sobre matérias que, necessariamente, não precisam tramitar pelo Legislativo: a dívida externa e a reforma agrária.

— Não há o que se discutir sobre o acordo com o FMI. O FMI é uma instituição que se limita a aplicar seus estatutos e o Brasil sabe disso — sentencia o ex-Presidente da Câmara, Flávio Marciilio, outro que acha que as eleições municipais esvaziariam os debates, resultando daí a seu ver, prejuízo para as instituições.

Há fórmulas regimentais de o Congresso envolver-se nas discussões desses temas, além dos pronunciamentos em plenário, através por exemplo, das comissões parlamentares de Inquérito. No caso da dívida externa, o prazo dado do Governo brasileiro para apresentar até o próximo dia 31 uma nova carta de intenções ao FMI deverá acelerar os debates sobre a matéria.

O Governo, segundo ressaltou ontem o Secretário de Imprensa do Planalto, Fernando César Mesquita, em visita ao Comitê de Imprensa da Câmara, estuda também mecanismos de participação efetiva do Congresso na negociação da dívida externa.

No entender do Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, não existe obrigação legal de o Governo submeter ao Congresso decisões meramente administrativas. Os parlamentares, entretanto, revelam-se até certo ponto inquietos e reivindicantes de uma participação do Legislativo. Entre várias sugestões que se apresentam para o problema, surgiu ontem a do Deputado Israel Pinheiro Filho (PFL-MG), que abordou Ulysses Guimarães para sugerir que o Congresso convide o Presidente do City Bank, John S. Reed, a visitar o Brasil ainda este mês, a fim de tomar conhecimento da realidade econômica do País. Israel argumentou que John Reed é uma das pessoas mais influentes junto ao FMI. Ulysses recusou a sugestão, alegando dificuldades de se conseguir o apoio de todos os partidos.

— O Ulysses não tem mesmo jeito para a coisa. Vou procurar as lideranças — disse o autor da sugestão.

Quanto à reforma agrária, a simples aplicação do Estatuto da Terra, no enten-

der do Secretário-Geral do PMDB, Roberto Cardoso Alves, "tem de ser atualizada, até porque o Incra oferece restrições a uma lei que vem desde o Governo Castelo Branco". Na verdade, o Congresso espera ter maior participação no assunto.

O Governo está disposto, segundo um de seus assessores, a incentivar o Congresso a sair de temas periféricos e das disputas meramente partidárias para envolver-se com temas mais relevantes. O próprio projeto da Constituinte já deverá antecipar todo o debate sobre a nova Constituição.

Mas o Executivo oferece outros atrativos, como o Orçamento consolidado a ser enviado nos próximos dias pelo Presidente da República. O Congresso, até agora, examinou apenas o Orçamento das Despesas da União e, ao receber também os Orçamentos Monetário e das Estatais passará a ter uma radiografia completa da situação econômico-financeira do País. Ele poderá fazer diagnósticos da crise, mas ainda não poderá receber: a Constituição proíbe ao Legislativo aumentar despesas.

Executivo pretende estimular Câmara e Senado a abordarem matérias relevantes, como a Constituinte

O vale-transporte é outra iniciativa do Governo, que certamente provocará grandes debates no Congresso. Outra é a reforma tributária de emergência do Ministro João Sayad, que, de certa forma, entra em choque com a do Deputado Airton Sandoval (PMDB-SP). Mas ontem o Presidente José Sarney pediu e foi atendido. Sandoval não vai, com seu projeto, atropelar a iniciativa do Governo.

A reforma tributária, coincidindo com o período eleitoral, poderá contribuir para o não esvaziamento do Congresso. A melhor contribuição do parlamentar ao município, a esta altura, será lutar em Brasília por uma reforma tributária.

O próprio Congresso, entretanto, é autor de várias proposições, que, por envolverem categorias específicas, deverão atrair a Brasília conhecidos grupos de missão. A mais importante delas é a proposta do Deputado Leo Simões (PFL-RJ) para regulamentar as seis horas de trabalho dos economiários. Há, também, proposições consideradas importantes para o aperfeiçoamento dos trabalhos legislativos e para a própria recuperação gradual das prerrogativas do Congresso, como a reforma do Regimento Interno da Câmara e o projeto de lei do Deputado Luiz Henrique (PMDB-SC) extinguindo os decretos-leis.

Luiz Henrique, de resto, sugere uma fórmula para que o Congresso não fique esvaziado neste período eleitoral: a Câmara deve promover a cada 20 dias o chamado "esforço concentrado", de quatro a cinco sessões, exclusivamente para votações, condicionando o pagamento de jeton à presença do Deputado em plenário.